

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 21ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO

J. C.

S.p., 18.12.06

21ª VARA CÍVEL FMI 18/12/2006 16:23 00024080

PROCESSO Nº 583.00.2006.225286-4

**NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E
COORDENAÇÃO DO PONTO BR-NIC .br**, já qualificado, através de sua
advogada e bastante procuradora, que a presente subscreve, nos autos da **AÇÃO
CONDENATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE
TUTELA ANTECIPADA c.c. INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS**
em face de **RONALDO CARDONETTI, JAN STRUIVING e JORNAL
FOLHA DE BACACHERI**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa
Excelência, em atenção ao r. despacho de fls 283, expor e requerer o quanto
segue.

O NIC.br ingressou com a presente ação,
requerendo a concessão da antecipação de tutela, para determinar aos réus JAN
STRUIVING e RONALDO CARDONETTI que cessem, de imediato, qualquer
forma de divulgação seja na internet ou qualquer outro meio, das difamatórias
afirmações assacadas contra o NIC.br contidas nos sites "interjuris.com.br" e
"abusando.org", tendo em vista que a idoneidade do NIC.br é abalada com a
proliferação dessas difamações.

Esse pedido de antecipação de tutela foi
momentaneamente indeferido pelo Douto Magistrado nos seguintes termos:

*"Por ora, não se evidencia a existência de dano irreparável ou
de difícil reparação, razão pela qual indefiro a antecipação dos
efeitos da tutela, sem prejuízo de eventual análise após o
estabelecimento do contraditório."*

Assim, ao NIC.br não restou outra alternativa senão interpor Agravo de Instrumento contra essa decisão que recebeu o nº 483.493.4/7, o qual obteve junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo, a seguinte decisão (doc. 01):

“Vislumbro, em princípio, direito e lesividade que justificam a concessão de excepcional efeito suspensivo ativo a este agravo de instrumento. Recepciono-o, pois, com duplo efeito, devolutivo e suspensivo, nos termos da pretensão posta pelo agravante.

Comunique-se com urgência ao MM Juízo de Primeiro Grau, de quem requisito informações.”

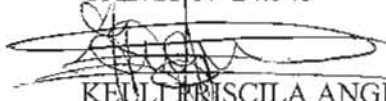
Após a vinda dessas informações foi proferida nestes autos a decisão de fls. 283:

“Ante a concessão de efeito suspensivo ao recurso (fls. 282), esclareça a autora o que pretende em termos de prosseguimento.

Diante disso e da concessão de efeito suspensivo ativo ao Agravo de Instrumento nº 483.493.4/7 pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, o NIC.br requer seja expedido mandado de intimação dessa decisão aos réus, visando que eles cessem, de imediato, qualquer forma de divulgação seja na internet ou qualquer outro meio, das difamatórias afirmações assacadas contra o NIC.br contidas nos sites “interjuris.com.br” e “abusando.org”, sob pena de incorrerem em multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) cada um deles.

Termos em que,
pede deferimento.
São Paulo, 18 de dezembro de 2006.

FRANCISCO DE ASSIS ALVES
OAB/SP Nº 24.545


KEULI FRISCILA ANGELINI
OAB/SP Nº 193.817



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DEPRO 6 – PASSAGEM DE AUTOS – S. DIR. PRIVADO

PROCESSO: nº 483.493-4/7 AGRAVO DE INSTRUMENTO

EM 29/11/2006

CONCLUSOS AO

EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR

CARLOS STROPPA

Vistos,

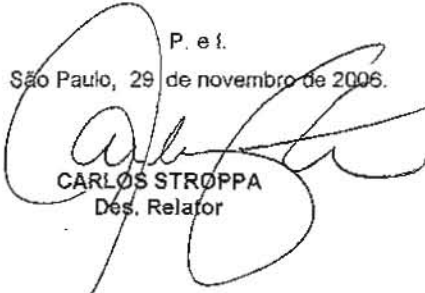
Vislumbro, em princípio, direito e lesividade que justificam a concessão de excepcional efeito suspensivo ativo a este agravo de instrumento. Recepciono-o, pois, com duplo efeito, devolutivo e suspensivo, nos termos da pretensão posta pelo agravante.

Comunique-se com urgência ao MM. Juízo de Primeiro Grau, de quem requisito informações.

Intimem-se as partes: a) a agravante, para cumprir o que dispõe o artigo 526 do Código de Processo Civil e; b) a agravada para, querendo, contra-arrazoar, podendo juntar as peças.

P. e f.

São Paulo, 29 de novembro de 2006.



CARLOS STROPPA
Des. Relator



CÓPIA EXTRAÍDA NO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

290
#

CONCLUSÃO

Em 21 de 12 de 2.006, promovo a conclusão dos presentes autos ao MM. Juiz de Direito, Dr. MÁRCIO TEIXEIRA LARANJO. Eu, , Escrevente, subscrevi.

Processo nº 06/225286-4

Vistos.

Nos termos da decisão liminar do agravo de instrumento interposto pela requerente, citem-se os réus pessoalmente, como anteriormente determinado, e intime-os da tutela inibitória, consistente na obrigação de cessar a divulgação de afirmações difamatórias em seus sítios, sob pena de incidir multa diária de R\$ 5.000,00, cabendo à requerente recolher as despesas pertinentes.

16 JAN 2007

Int.

São Paulo, 21 de dezembro de 2.006.

MÁRCIO TEIXEIRA LARANJO
Juiz de Direito



Em 21 de 12

06/225286-4

recebi e

Eu, 

subscr.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, em cumprimento
ao n.º despacho de fl. 251, expedi
ofícios e cartas precatórias às Comarcas de
Curitiba e São José dos Pinhais-Pr, conforme
Em 21 de de 2006 cópias que
Eu, Sir Leitor Subor. se requer.